

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

GRUPO DE MONITORAMENTO E
FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA
CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO

APOIO: PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



GMF

Grupo de Monitoramento e Fiscalização
do Sistema Carcerário e Socioeducativo
do Amazonas



GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA
CARCERÁRIO E SOCIOEDUCATIVO
MUATIRISÁ WAÁRA UMYAKUNTARAMA ASUI UMAÃRAMA WAÁ
UYUMUKATURURESEWARA ASUI PRESU TA RESEWARA

PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA (CNJ/PNUD)
MUKAMĒSÁ MUYÃRÃ YEPEWASUSÁ (CNJ/PNUD)

Relatório de Gestão 2023

Grupo de Monitoramento e Fiscalização
do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Ministro Henocho Reis
4o andar, setor 2.
Manaus-AM.
E-mail: gmf@tjam.jus.br

Manaus, janeiro de 2024.

Sumário

FICHA TÉCNICA.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CONTEXTO DO AMAZONAS.....	7
2.1 Situação prisional.....	7
2.2 Socioeducativo.....	8
3. EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA	9
4. GRUPOS DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAIS	9
4.1 GTI Povos Indígenas e Justiça Criminal.....	12
4.2 GTI Saúde Mental e Justiça Criminal	13
4.3 GTI Enfrentamento à Tortura	15
5. ATUAÇÃO JUNTO AO SOCIOEDUCATIVO.....	16
5.1. Núcleo de Atendimento Inicial Integrado	16
5.2 Central de Vagas	16
5.3 Audiências Concentradas	16
6. PROPORCIONALIDADE PENAL.....	18
1. Fortalecimento das Audiências de Custódia.....	18
2. Monitoração Eletrônica.....	19
3. Alternativas Penais.....	19
4. Transferência e Recambiamento de presos	19
7. TEMAS TRANSVERSAIS	19
1. Política de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais	19
2. Política de Atenção à saúde de pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade.....	21
3. Política de atenção aos Egressos.....	22
4. Cidadania.....	22
5. Fortalecimento do GMF.....	23
8. AÇÕES DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	23
8.1. Inspeções em unidades prisionais	24
8.2. Inspeções em Unidades Socioeducativas da capital	26
8.3. Inspeções em Delegacias do interior do Estado.....	27

8.4. Inspeções junto aos serviços penais	28
8.5. Inspeções temáticas	29
8.6. Monitoramento das inspeções dos juízos de execução penal	31
9. REUNIÕES	32
10. INTERCÂMBIOS E EVENTOS.....	33
I. Seminário Internacional de Saúde Mental.....	33
II. Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica.....	33
III. Encontro dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo dos Tribunais de Justiça	33
IV. X ENEP e I Encontro Internacional de Execução Penal	33
V. Fórum Nacional de Alternativas Penais.....	34
VI. Intercâmbio com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	34
VII. Tribunal de Justiça do Acre	35
VIII. Tribunal de Justiça de Mato Grosso	35
11. AÇÕES EDUCATIVAS E CAPACITAÇÕES.....	35
12. ENTREVISTAS E PUBLICAÇÕES.....	38
12.1.Podcast.....	38
12.2. Consolidação do relatórios de inspeção.....	38
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39

FICHA TÉCNICA

Desembargadora Supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF

Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Juíza Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo – GMF

Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo

Juízes e juízas colaboradores

Andrea Jane Silva de Medeiros

Edson Rosas Neto

Glen Hudson Paulain Machado

James Oliveira dos Santos

Larissa Padilha Roriz Penna

Luís Cláudio Cabral Chaves

Rômulo Garcia Barros Silva

Saulo Gões Pinto

Servidores e Servidoras Colaboradores do GMF

Adriel Saraiva Sarkis; Ana Maria da Silva; Carlos Adrian Correa; Daniel Kleber Santos de Freitas; Denise Neves Cordovil Martins; Felipe Batista das Chagas; Fernanda Priscilla Pereira Calegare; Gabriella Ferreira de Andrade Martins; Inara Luzia Moraes de Souza; Izandro Augusto Cohen da Silva; Jaime Pires da Costa Silva; João Victor Miranda Galeno; Maria do Ceu do Viana; Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins; Miriam Falcão da Silveira Rolim; Nivia Tatiana da Silva Teófilo; Raphael Guidão Marques; Tecla Auip Caddah.

Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) - AMAZONAS

Luanna Marley de Oliveira e Silva

Elaboração

Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo

Fernanda Priscilla Pereira Calegare

Luanna Marley de Oliveira e Silva

Guilherme Melgueiro Tocantins

1. INTRODUÇÃO

Criado em 2009, o Grupo Permanente de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF/TJAM, foi instituído pela Resolução n. 005/2009- TJAM, tendo suas atribuições aprimoradas através da Resolução n. 20 de 28 de janeiro de 2010 - TJAM. O GMF realiza ações que tem por objetivo a ressocialização de pessoas privadas de liberdade, egressos/as do sistema prisional e de pessoas com medidas e penas alternativas, bem como realiza o acompanhamento das prisões provisórias e da execução penal, fiscalizando as condições dos estabelecimentos penais. Destacam-se, dentre as ações, a atuação voltada para o fortalecimento e a efetividade da Lei de Execuções Penais, no que concerne à instalação e ao funcionamento dos Conselhos da Comunidade nas Comarcas do Estado do Amazonas. Além disso, a atuação do Grupo Permanente de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo - GMF/TJAM também se volta para a fiscalização e o monitoramento do Sistema Socioeducativo, fomentando e articulando ações que visem efetivar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Para a enfrentar o “estado de coisas inconstitucional” que caracteriza a privação de liberdade no Brasil, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347, considerando a situação das pessoas privadas de liberdade (sejam elas adolescentes, jovens e adultos) no Amazonas, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, através do GMF, assinou o Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça para implementação das iniciativas do Programa Justiça Presente (hoje Fazendo Justiça), no ano de 2019, renovando esta cooperação em 2023.

O Programa Fazendo Justiça é uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) visando desenvolver ações estruturantes com impactos no exercício da atividade jurisdicional no âmbito da justiça criminal e socioeducativa. O programa está dividido em cinco eixos de atuação: (1) Proporcionalidade Penal; (2) Socioeducativo; (3) Cidadania; (4) Sistemas e Identificação Civil; (5) Gestão e Ações Transversais.

Entre 2019 e 2023, registram-se alguns avanços efetivos no sistema de justiça criminal e no âmbito do sistema de justiça juvenil no Estado do Amazonas, destacando-se:

- Aprimoramento das audiências de custódia, dentre eles a implementação de atendimento social imediato posterior as audiências, além de mecanismo de prevenção e combate à tortura;
- Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre TJAM, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público do Estado e Defensoria Pública do Estado para aprimorar as políticas de Alternativas Penais;
- Implementação de Escritórios Sociais nos Municípios de Manaus (2020), Parintins (2023), Maués (2023) e São Gabriel da Cachoeira (2023), visando o atendimento das pessoas egressas do sistema prisional;

- Atuação para melhorias no âmbito da saúde nas Unidades Prisionais;
- Implementação das Audiências Concentradas para adolescentes em conflito com a lei que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, iniciativa esta que se consolidou como referência no Brasil;
- Instituição de Grupos de Trabalho interinstitucionais sobre direitos dos povos indígenas e justiça criminal, saúde mental e enfrentamento à tortura;
- Fortalecimento das inspeções nas unidades prisionais, delegacias e unidades socioeducativas, bem como realização de inspeções temáticas (Saúde, LGBTQIA+ e Trabalho);
- Aprimoramento dos serviços de saúde para população LGBTQIA+ privada de liberdade;
- Fomento e incidência para aprovação e sanção da Lei Ordinária n. 572/2023 que cria a Central de Vagas do Socioeducativo no Estado do Amazonas.

2. CONTEXTO DO AMAZONAS

O Estado do Amazonas é composto por 62 municípios, configurando-se como o maior em área territorial do País, com 1.559.161,682 quilômetros quadrados. O Estado encontra-se, em termos de índices de densidade demográfica do país, com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado. Com população, de acordo com o Censo 2022, de 3.941.175 habitantes. O IBGE identificou que o Estado tem a maior população indígena do País (29%), no total de 490.854 (Censo 2022). O acesso ao Estado e seus Municípios é realizado principalmente por via fluvial ou aérea.

2.1 Situação prisional

Atualmente, há 8 Unidades Prisionais na capital e 8 no interior do Estado, nos Municípios de Coari, Humaitá, Itacoatiara, Maués, Parintins, Tabatinga e Tefé. Conforme dados disponibilizados pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), até o dia 05 de dezembro de 2023, no Amazonas, a população carcerária correspondia a 10.825 pessoas, com déficit de vagas de 97%. Considerando somente o quantitativo de presos provisórios, verifica-se que 26% (2.808) estão privados de liberdade provisoriamente. Em relação aos presos/as condenados/as, 39% (3.176) encontram-se em regime fechado, 28% (2.221) no semiaberto (monitoração eletrônica), 33% (2.640) no aberto e 9 pessoas foram colocadas em medida de segurança (0%).

Dados da Secretaria de Audiência de Custódia em Manaus, até agosto de 2023, demonstram que 4.074 pessoas custodiadas tiveram a legalidade da sua prisão em flagrante ou cumprimento de mandado de prisão analisados, onde foram relatados 744 casos de violência policial (ou tortura). Do total de prisões analisadas, 39,31% das pessoas presas em flagrante tiveram a prisão preventiva decretada, 44,44% foram colocadas em liberdade provisória, 10,17% em monitoração eletrônica, 4,28% das prisões foram relaxadas e em 0,56% dos casos foi decretada a prisão domiciliar (em sua maioria, mulheres).

2.2 Socioeducativo

Em relação à execução de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, 48 municípios tem implementado, através dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Este serviço visa a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto determinadas judicialmente. Conforme o “Diagnóstico Socioterritorial do Estado do Amazonas”, da Secretaria do Estado de Assistência Social (SEAS):

Nos anos de 2016 a 2018 foram registrados no RMA CREAS um total de 3.040 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sendo que 89% dos adolescentes que cometeram atos infracionais são do sexo masculino e 11% do sexo feminino. O maior número de adolescentes em cumprimento de MSE concentra-se em Manaus, com percentual de 74,28% (2.258) do total, seguido de Manacapuru, com 6,91% (210). (p. 216)

Salienta-se que a execução de medidas socioeducativas de semiliberdade e internação são cumpridas na Comarca de Manaus. Neste sentido, há 1 (uma) Unidade de Internação Provisória, 1 (um) Centro Socioeducativo de Semiliberdade, 3 (três) Centros Socioeducativos para internação definitiva (sendo 1 voltado para adolescente do sexo feminino ou que se auto declararem transexuais, transgêneros ou travestis). Atualmente, as unidades socioeducativas no Amazonas não apresentam superlotação, operando com 60% da sua capacidade total. Em 2023, foram realizadas 47 audiências concentradas de adolescentes que estavam em meio fechado, na semiliberdade e no aberto. Buscando aprimoramento do sistema socioeducativo, foram criados em 2023, dois Grupos de Trabalho Interinstitucionais: um sobre Central de Vagas e outro sobre Núcleo de Atendimento Inicial (NAI) e aprimoramento de fluxos para atendimento integrado.

3. EIXOS DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA

As ações desenvolvidas pelo GMF/TJAM visam dar cumprimento às resoluções, recomendações e orientações do Conselho Nacional de Justiça, assim como as metas contidas no Plano Executivo do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD). Nessa esteira, as ações se alinham aos eixos definidos pelo programa:

Eixo 1 – Proporcionalidade Penal

No Eixo 1 são desenvolvidas ações que envolvem o aprimoramento das audiências de custódia, do modelo de Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Central de Regulação de Vagas (Gestão da Lotação Prisional).

Eixo 2 – Socioeducativo

Com o objetivo de aprimorar a socioeducação no Estado do Amazonas, o Eixo 2 é voltado para: qualificação dos fluxos de atendimento inicial aos adolescentes que praticam atos infracionais, visando a implementação do NAI – Núcleo de Atendimento Inicial; Central de Vagas do Socioeducativo; aprimoramento das Audiências Concentradas; saúde mental dos adolescentes; qualificação das inspeções nas Unidades Socioeducativas e o aprimoramento dos Programas Pós-Medida.

Eixo 3 – Cidadania

O eixo Cidadania é voltado para a articulação e o monitoramento das ações no interior das unidades prisionais, além de implementar políticas para pessoas egressas do sistema prisional. As ações desse eixo ocorrem de forma articulada com as diversas frentes de atuação do GMF, estando, portanto, presentes nas atividades das diversas categorias.

Eixo 4 – Sistemas e Identificação Civil

O trabalho desenvolvido a partir do Eixo 4 tem como foco aprimorar e qualificar o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), bem como seu preenchimento e promover a correta identificação civil e emissão dos documentos básicos, necessários à plena cidadania e acesso às políticas públicas pelas pessoas privadas de liberdade.

Eixo 5 – Ações Transversais

As ações transversais consistem em promover e aprimorar iniciativas que articulam com privação de liberdade com as demais políticas públicas e garantias fundamentais das pessoas atravessadas pelo sistema penal ou socioeducativo.

4. GRUPOS DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAIS

Na atuação do GMF/TJAM, para o desenvolvimento dos trabalhos de modo especializado, de acordo com os desdobramentos temáticos no âmbito da atenção à execução penal, bem como com o intuito de aprimorar as ações e fortalecer os diálogos interinstitucionais, foram criados Grupos de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Saúde Mental e Justiça Criminal; de Enfrentamento à Tortura e; dos Povos Indígenas e Justiça Criminal, do Poder Judiciário.

Os grupos foram instalados no mês de março em uma reunião conduzida pela desembargadora Luíza Cristina Marques, supervisora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM), contando com a presença do desembargador Luís Geraldo Lanfredi, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ); da juíza Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, coordenadora do GMF/TJAM; da juíza Andréa Jane de Medeiros, coordenadora do GTI de Povos Indígenas; do juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/TJAM), Rafael Cró; da coordenadora estadual do programa "Fazendo Justiça" do CNJ, Luanna Marley Silva; da coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO-IJ) e promotora de Justiça Romina Carmen Brito Carvalho; de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Amazonas (OAB/AM); de integrantes dos GTIs e servidores do Poder Judiciário.



Imagem: Reunião de Instalação dos GTI's
Foto: Raphael Alves/Divulgação do TJAM



Imagem: Reunião de Instalação dos GTI's
Foto: Raphael Alves/Divulgação do TJAM



Imagem: Reunião de Instalação dos GTI's
Foto: Raphael Alves/Divulgação do TJAM

Link da reportagem: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8175-com-presenca-do-cnj-tribunal-de-justica-do-amazonas-instala-grupos-de-trabalho-interinstitucional-tematicos-criados-no-ambito-do-gmf-tjam>

4.1 GTI Povos Indígenas e Justiça Criminal



Imagem: Cartaz em Língua Indígena

Foto: Chico Batata/Divulgação TJAM

Composição do GT:

Destaca-se a participação das seguintes organizações: UNIVAJA - União dos Povos do Vale do Javari; COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; CIMI – Conselho Indigenista Missionário e ISA – Instituto Socioambiental.

Reuniões:

No âmbito deste GT, foram realizadas 07 (sete) reuniões, envolvendo planejamento, organização e acompanhamento das iniciativas propostas durante os debates.

Ações realizadas:

- Inclusão da tarja “Indígenas” com o objetivo de identificar esta população nos processos criminais, nos sistemas SAJ e PROJUDI do TJAM;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o TJAM e a UFAM para intérpretes e para os laudos antropológicos (em fase inicial de implementação);
- Levantamento de todos os processos que envolvem pessoas indígenas que respondem por supostos crimes ou atos infracionais;

- Criação de Nota Orientativa para auxiliar magistrados/as sobre a temática e parâmetros para decisão (Exemplo: caso adolescente indígena de Eirunepé);
- Reunião de intercâmbio com articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)
- Elaboração do Plano de Trabalho para 2024.

Pautas dialogadas:

- Apresentação dos atores do sistema de justiça, das organizações indígenas e indigenistas;
- Identificação das principais demandas dos povos indígenas e dos principais desafios para implementação de políticas judiciárias indigenistas, conforme Resolução CNJ n. 287/2019.

Alguns desafios identificados:

- Ausência de intérpretes nas delegacias e nas comarcas do interior do Estado;
- Desconhecimento de magistrados da Resolução CNJ n. 287/2019;
- Dificuldade/resistência em realizar consultas prévias às comunidades indígenas no que tange aos processos penais.

Situação atual:

- O GTI já está com o Plano de Trabalho de 2024 elaborado.

4.2 GTI Saúde Mental e Justiça Criminal

Composição do GT:

Destaca-se a participação da FASMA – Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental no Amazonas.

Reuniões:

No âmbito do GTI Saúde Mental e Justiça Criminal, foram realizadas 10 (dez) reuniões durante o ano, incluindo a de instalação do grupo, planejamento, treinamento e acompanhamento das pautas.

Pautas dialogadas:

- Apresentação da rede atenção psicossocial de Manaus e do Estado;
- Identificação das principais demandas que envolvem o ciclo penal e o socioeducativo;
- Identificação dos desafios quanto às políticas públicas de saúde mental em Manaus e no Estado.

Alguns desafios identificados:

- Necessidade de qualificação de magistrados/as quanto ao tema, a partir da audiência de custódia;
- Qualificação dos atores envolvidos no Sistema Prisional e Socioeducativo;
- Ausência de fluxos institucionais entre a SEAP e os serviços de saúde mental;

- Ausência de CAPS na maioria dos Municípios do interior, uma vez que a logística do Estado dificulta a implantação destes serviços;
- Recursos insuficientes para política de atenção à saúde mental;
- Existência de apenas 1 Residência terapêutica em todo o Estado.

Ações realizadas:

- Visitas técnicas à Enfermaria Masculina, Enfermaria Feminina e Residência Terapêutica;
- .Articulação de parceria entre a Residência Terapêutica e a SEAP para serviços de manutenção predial da Residência;
- Participação na atividade sobre uso abusivo de álcool e outras drogas com todos os CAPS do Estado do Amazonas;
- Mutirão para reavaliação das medidas de segurança;
- Participação no Seminário Internacional sobre Saúde Mental e Justiça Criminal, realizado em Curitiba - Paraná.

Status atual:

- O GTI está com o Plano de Trabalho de 2024 elaborado.



Imagens: Reuniões e atividades do GTI de Saúde Mental e Justiça Criminal

Fonte: Acervo GMF/TJAM

4.3 GTI Enfrentamento à Tortura

Composição do GT:

Destaca-se a participação do Coletivo de Amigos e Familiares de Presos/as; da Frente Estadual pelo Desencarceramento e do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Reuniões:

- Foram realizadas 8 (oito) reuniões no âmbito do GT de Enfrentamento à Tortura.

Pautas dialogadas:

- Apresentação dos atores do sistema de justiça e das organizações da sociedade civil;
- Identificação das principais demandas em relação ao ciclo prisional e socioeducativo;
- Apresentação dos fluxos da audiência de custódia, fluxo internos da Corregedoria Geral de Segurança Pública quanto a verificação e apuração dos relatos de tortura/violência policial;
- Apresentação de proposta de Programa Estadual de Enfrentamento à Tortura.

Alguns desafios identificados:

- Necessidade de qualificação de Delegados e policiais civis e militares quanto a direitos humanos, uso da força conforme parâmetros internacionais e enfrentamento à tortura;
- Necessidade de qualificação dos fluxos internos da Defensoria Pública, da Corregedoria de Segurança Pública e formação continuada para membros do Ministério Público, sobretudo, no interior do Estado;
- Atuação dos magistrados conforme Resolução CNJ n. 213/2015 e n. 414/2021.

Ações realizadas:

- Articulação junto a todas as Escolas que atuam no sistema de justiça para Cooperação Técnica para implementação de Projeto Pedagógico voltado para Direitos Humanos e Enfrentamento à Tortura.
- Jornada de Direitos Humanos realizada pelo GMF em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas e a Escola de Administração Penitenciária do Estado.

Situação atual:

- O GTI está com o Plano de Trabalho de 2024 elaborado.



Imagens: Reuniões e atividades do GTI de Combate a Tortura

Fonte: Acervo GMF/TJAM

5. ATUAÇÃO JUNTO AO SOCIOEDUCATIVO

Na atuação do GMF/TJAM junto ao Sistema Socioeducativo, visando aprimorar a socioeducação no Estado do Amazonas, estão sendo desenvolvidos os trabalhos nas seguintes frentes:

5.1. Núcleo de Atendimento Inicial Integrado

- Foi enviada a minuta para a criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional de Implementação e qualificação dos fluxos de atendimento inicial integrado do socioeducativo;
- Encontra-se em fase de indicação dos integrantes pelas instituições parceiras para posterior publicação.

5.2 Central de Vagas

- Foi criado Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Central de Vagas do Socioeducativo, estando seus integrantes nomeados;
- Foi elaborada a Minuta de Resolução com fluxos operacionais da Central de Vagas do Socioeducativo (tramitação na SEJUSC/Governo do Estado) que se encontra em tramitação;
- Foi aprovado, na Assembleia Legislativa do Amazonas, o Projeto de Lei Estadual que cria a Central de Vagas do Socioeducativo no Amazonas, tornando a Central parte da política socioeducativa estadual.

5.3 Audiências Concentradas

- No ano de 2023, as audiências concentradas continuaram a ser realizadas nas unidades socioeducativas de internação;
- Foram realizadas audiências concentradas nos meses março, junho, setembro e dezembro, conforme a tabela a seguir:

AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS - 2023					
Medidas	Março	Junho	Setembro	Dezembro	TOTAL
Extinção	2	4	4	3	13
Subs. Semi. Trad.	0	1	1	1	3
Subs. Semi. Inv.	2	0	1	1	4
Manutenção	7	9	8	3	27
Substituição por L.A. + Matrícula	0	3	1	0	4
Substituição por Tratamento de Drogadição	0	0	0	0	0

Tabela: Dados das audiências concentradas 2023

Fonte: Vara de Execução de Medidas Socioeducativas/TJAM

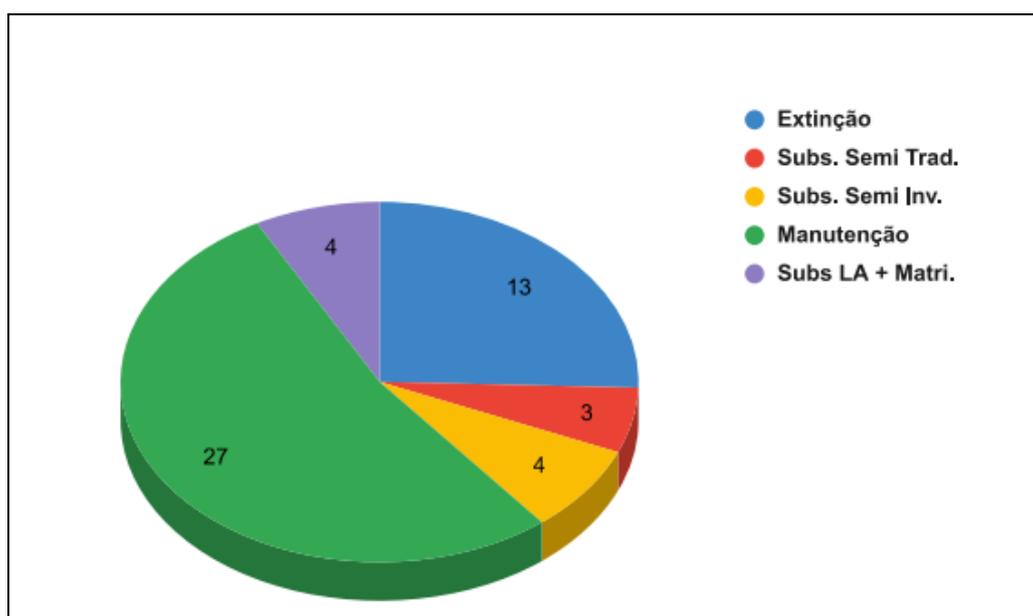


Gráfico: proporção entre as medidas adotadas nas audiências concentradas

Fonte: Vara de Execução de Medidas Socioeducativas/TJAM



Imagem: Audiência Concentrada em Unidade de Internação, no mês de setembro/2023

Foto: Marcus Phillipe/Divulgação TJAM

6. PROPORCIONALIDADE PENAL

1. Fortalecimento das Audiências de Custódia

- **Programa de Aprimoramento das Audiências de Custódia:**
- Plano de Ação 2023/2024 para aprimoramento das audiências de custódia no interior do Estado e na capital, com aperfeiçoamento dos serviços de proteção social;
- Proposta para qualificação do serviço APEC e garantia do atendimento prévio e posterior com a realização de uma reforma em sala do Fórum Ministro Henoch Reis;
- Proposta arquitetônica para espaço humanizado de acolhimento às famílias das pessoas custodiadas;
- Lançamento e entrega de cartazes sobre Audiência de Custódia em Línguas Indígenas, impactando no acesso à justiça dos povos indígenas do Rio Negro, Alto Solimões e Vale do Javari – abrangendo 15 municípios do interior do Estado.

2. Monitoração Eletrônica

- Foi feita a adequação de ato normativo ao prescrito na Resolução CNJ n. 412/2021, através da Portaria Conjunta n. 37/2022 TJAM/SEAP.

3. Alternativas Penais

- Foi feita pelo GMF/TJAM articulação e incidência para criação de novo espaço adequado para os atendimentos da CIAPA – Central Integrada de Alternativas Penais;
- Foi fornecido apoio técnico para a criação do Fundo Municipal de Políticas Penais de Tabatinga;
- Obteve-se a aprovação da minuta para criação do Comitê Gestor de Alternativas Penais.

4. Transferência e Recambiamento de presos

- Foi elaborada e encaminhada para a Corregedoria Geral de Justiça minuta de Provimento para avaliação por este órgão censor a respeito da transferência e recambiamento de presos, adequando a norma deste Tribunal de Justiça ao estabelecido na Resolução n. 404/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta a matéria.

7. TEMAS TRANSVERSAIS

1. Política de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais

- Foi instituída a Política de Atenção às Vítimas do Poder Judiciário Amazonense;
- Foi implantado o Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, seguindo as diretrizes das Resoluções n. 253/2018 e n. 386/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Foi publicada a Portaria designando a coordenação do Centro de Atenção às Vítimas;
- Foi realizada Audiência Pública intitulada “**Sua dor importa**”, com objetivo de promover escuta qualificada da sociedade civil, atores de rede de proteção e vítimas a fim de identificar as principais demandas e desafios quanto ao apoio e atenção às vítimas;
- Foi elaborado Plano de Ação do Centro de Atenção às Vítimas;
- Início do regime extraordinário de plantão do Centro de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais no mês de outubro de 2023, resultando no atendimento de **mais de 900 pessoas** desde sua inauguração até dezembro de 2023.



Imagem: Audiência Pública Sua Dor Importa
Foto: Chico Batata/Divulgação do TJAM



Imagem: Sala do Centro Especializado de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais
Foto: Raphael Alves/Divulgação do TJAM

2. Política de Atenção à saúde de pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade

No âmbito da atenção a pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade, o GMF/TJAM atuou de forma significativa durante o ano, incluindo a temática nas atuações de fiscalização e monitoramento, bem como nas articulações interinstitucionais para a promoção dos direitos fundamentais e garantias básicas a essas pessoas, de acordo com as suas especificidades.

- Foi realizada a primeira inspeção temática na Unidade Prisional do Puraquequara na cidade de Manaus para averiguar a situação dos presos LGBTQIA+;
- Foi promovida formação sobre Direitos LGBTQIA+ para servidores e trabalhadores da Unidade Provisória de Puraquequara (UPP);
- Foram realizadas diversas reuniões com representantes da Secretaria de Administração Penitenciária e as Secretarias de Saúde Municipal e Estadual, a fim de articular a oferta do tratamento hormonal das pessoas privadas de liberdade da população LGBTQIAP+;
- Foi feito o levantamento de demanda de pessoas trans que pretendiam fazer o tratamento hormonal e foi iniciada a administração do tratamento às pessoas privadas de liberdade que solicitaram;
- Foi viabilizada, por intermédio da articulação do GMF/TJAM, terapia de profilaxia para casal sorodiscordante privado de liberdade, como resultado do trabalho realizado pelo GMF no sistema prisional do Amazonas, com foco na população LGBTQIAPN+.



Imagem: atendimento da equipe do GMF na unidade prisional com foco em demandas pessoas LGBTQIA+

Link da reportagem:

<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9496-gmf-tjam-viabiliza-terapia-de-profilaxia-para-casal-sorodiscordante-privado-de-liberdade>

3. Política de atenção aos Egressos

Visando contribuir para a consolidação da política de atenção aos egressos do Sistema Prisional, o GMF/TJAM atuou, com apoio técnico do Programa Fazendo Justiça do CNJ, mediante as seguintes iniciativas:

- Aprimoramento da atuação do Escritório Social de Manaus com reuniões técnicas mensais sobre metodologias e temas de direitos humanos;
- Início da implementação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas do sistema prisional com curso para as equipes sociais das Unidades Prisionais;
- Lançamento do Escritório Social de Tabatinga;
- Inauguração de 3 Escritórios Sociais: São Gabriel da Cachoeira, Maués e Parintins;
- Adesão de mais 3 municípios para implantação de Escritórios Sociais: Coari, Humaitá e Itacoatiara;
- Projeto de Formação continuada voltada para o Escritório Social em parceria com a Escola Superior de Administração Penitenciária.

4. Cidadania

Fomento a Leitura

- Em outubro de 2023, por meio de uma ação integrada realizada pelo Núcleo de Advocacia Voluntária (NAV) e pelo GMF/TJAM foram entregues 700 obras literárias à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) para serem utilizadas pelos reeducandos do Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT);
- Foi elaborada proposta para obtenção de emenda parlamentar para financiamento de projetos de fomento à leitura, que se encontra em fase de avaliação e validação pela Gerência de Projetos do TJAM.

Trabalho e renda

- Foi elaborada proposta para obtenção de emenda parlamentar para financiamento de projetos de preparação de mão de obra, com promoção de empregabilidade e renda para a população carcerária, que se encontra em fase de avaliação e validação pela Gerência de Projetos do TJAM.

5. Fortalecimento do GMF

- No ano de 2023, o GMF passou por importantes marcos no que tange ao seu fortalecimento, iniciando pela inauguração das novas estruturas, após intensa articulação de seus coordenadores;
- Também houve ampliação da equipe de servidores e juízes do GMF, elevando de 11 membros para 26;
- Foi elaborada a nova Resolução do GMF, conforme a Resolução CNJ 368/2021, que está em tramitação, aguardando votação no Pleno do Tribunal;
- Foram criados novos espaços interinstitucionais de governança e de participação social, através dos GTI's de Saúde Mental, Enfrentamento à Tortura e Direitos dos Povos Indígenas.



Imagem: Inauguração das novas instalações do GMF/TJAM

Foto: Chico Batata/Divulgação TJAM

8. AÇÕES DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O GMF tem por missão o monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e socioeducativo em âmbito local, velando pela observância das recomendações e resoluções do CNJ relacionadas ao sistema prisional, à execução penal e às medidas socioeducativas. Nesse sentido, a base fundamental de sua atuação se refere à busca pela garantia dos direitos fundamentais das pessoas em privação ou restrição de liberdade, com realização de inspeções e adoção das providências necessárias para observância das disposições legais aplicáveis e para assegurar que o número de

pessoas presas não exceda a capacidade de ocupação dos estabelecimentos, bem como não tenha seus direitos violados.

No ano de 2023 houve ampliação das ações de monitoramento e maior qualificação das inspeções realizadas, tanto nas unidades prisionais quanto nas unidades socioeducativas, abrangendo-se também delegacias do interior do Estado. As inspeções subsidiaram relatórios que foram encaminhados, com as devidas solicitações e recomendações, para melhorias, ajustes e providências por partes dos órgãos responsáveis pela execução, controle e fiscalização dos sistemas carcerário e socioeducativo, bem como para as Secretarias que cuidam das políticas assistenciais, de saúde e educação.

Assim, as ações de monitoramento e fiscalização do GMF/TJAM podem ser relatadas nas seguintes dimensões:

8.1. Inspeções em unidades prisionais



Imagem: Inspeção em unidade prisional de Manaus

Foto: Chico Batata/Divulgação do TJAM

Foram realizadas 12 inspeções nas unidades prisionais do estado, entre capital e interior, conforme tabela a seguir:

Data	Unidade	Município
25 de fevereiro	Casa do Albergado	Manaus
17 de março	Instituto Penal Antônio Trindade	Manaus
21 de março	Unidade Prisional de Tabatinga	Tabatinga
23 de maio	Unidade Prisional de Maués	Maués
23 de maio	Centro de Detenção Feminino (CDF)	Manaus
29 de maio	Unidade Prisional de Coari	Coari
29 de junho	Unidade Prisional de Tefé	Tefé
21 de julho	Unidade Prisional de Humaitá	Humaitá
29 de setembro	Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ	Manaus
06 de outubro	Unidade Prisional do Puraquequara - UPP	Manaus
11 de outubro	Unidade Prisional de Parintins	Parintins
27 de outubro	Centro de Detenção Provisório II - CDPM II	Manaus
01 de dezembro	Centro de Detenção Provisório I - CDPM I	Manaus

Tabela: Inspeções em Unidades Prisionais do Amazonas

Fonte: GMF/TJAM

8.2. Inspeções em Unidades Socioeducativas da capital



Imagem: Inspeção em Unidade de Internação Provisória

Foto: Raphael Alves

Foram realizadas 05 (cinco) inspeções nas Unidades Socioeducativas de privação de liberdade da cidade de Manaus, conforme tabela a seguir:

Data	Unidade
28 de abril	Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitoza
28 de abril	Centro Socioeducativo de Internação Feminina
03 de junho	Unidade de Internação Provisória
03 de junho	Centro Socioeducativo de Semiliberdade (para adolescentes do sexo masculino)
01 de setembro	Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente

Tabela: Inspeções em Unidades Socioeducativas de Manaus

Fonte: GMF/TJAM

8.3. Inspeções em Delegacias do interior do Estado



Imagem: Inspeção em Delegacia no interior do estado

Fonte: Acervo GMF/TJAM

Foram realizadas 12 inspeções nas delegacias do interior do Estado, conforme tabela a seguir:

Data	Unidade	Município
10 de maio	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Itapiranga
10 de maio	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Silves
29 de maio	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Coari
21 de julho	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Humaitá
26 de agosto	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Presidente Figueiredo

22 de setembro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Rio Preto da Eva
30 de outubro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Novo Airão
31 de outubro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Manacapuru
22 de novembro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Careiro da Várzea
23 de novembro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Autazes
04 de dezembro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Careiro Castanho
05 de dezembro	Delegacia Interativa de Polícia (DIP)	Manaquiri

Tabela: Inspeções em Delegacias do interior do Amazonas

Fonte: GMF/TJAM

8.4. Inspeções junto aos serviços penais



Imagem: Inspeção no COC

Foto: Acervo do GMF

- Também foram inspecionados os serviços penais que fornecem suporte à execução penal, relacionados com a administração da justiça criminal e o amplo funcionamento das instituições que compõem o sistema.
- No mês de julho, as juízas Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo e Sabrina Cumba Ferreira realizaram inspeção no **Centro de Operações e Controle (COC)**, momento em que aproveitaram para conhecer as novas instalações que foram inauguradas havia um mês.

Link da matéria: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/8995-iniciando-cronograma-do-2-semester-gmf-tjam-inspeciona-instalacoes-do-centro-de-comando-e-controle>

- No mês de outubro, houve uma reunião presidida pela magistrada Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, com a colaboração da Coordenadora Estadual do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) Luanna Marley e do Secretário do GMF, Adanor Porto Pereira Neto com a Coordenadora da **Central Integrada de Acompanhamento de Alternativas Penais (CIAPA)**, Diataí Carioca, para conhecer a realidade local e os desafios enfrentados. Na ocasião, houve apresentação do relatório semestral de atividades;
- Realizou-se também uma visita, acompanhada pelo setor de engenharia do Tribunal, ao local onde será instalado o **Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC)**, vinculado às audiências de custódia para a formulação da proposta de layout do novo espaço;
- No dia 11 de outubro, em visita ao **Escritório Social de Parintins**, o GMF/TJAM, juntamente com a Juíza Juliana Mousinho, responsável pela Vara de Execução Penal deste Município, puderam conhecer as atividades e sistematização deste equipamento, a equipe multidisciplinar e o ambiente de trabalho.

8.5. Inspeções temáticas



Imagem: GMF/TJAM inspeciona Sistema Carcerário do Amazonas para averiguar situação dos presos LGBTQIA+

Foto: Chico Batata

- **Inspeção temática LGBTQIA+**
- O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM) realizou no mês de fevereiro uma inspeção na Unidade Prisional do Puraquequara (UPP) com o objetivo de averiguar a

situação da população LGBTQIA+ em privação de liberdade, conforme recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Link da reportagem: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/7850-gmf-tjam-inspeciona-sistema-carcerario-do-amazonas-para-averiguar-situacao-dos-presos-lgbtqia>

- **Inspeção temática Saúde Mental**

- O Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) de Saúde Mental e Justiça Criminal vinculado ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM), realizou, no mês de maio, uma inspeção nas enfermarias psiquiátricas no Centro de Detenção Provisória (CPDM1) e do Centro Feminino, ambos localizados no Km 8 da rodovia BR-174.



Imagem: Inspeção nas enfermarias psiquiátricas no Centro de Detenção Provisória (CPDM1)

Foto: Acervo do GMF/TJAM

- No mês de dezembro, foi promovida uma ação integrada pela Vara de Execução Penal e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF) por meio do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) sobre Saúde Mental e Justiça Criminal, um mutirão objetivando a revisão de processos de execução das medidas de segurança, dando cumprimento à Resolução n. 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário.



Imagem: Print do Painel de Business Intelligence com acompanhamento das inspeções pelo juízo de execução penal

9. REUNIÕES

Para o cumprimento de sua missão no sentido de promover a garantia dos direitos fundamentais das pessoas em privação ou restrição de liberdade, o GMF/TJAM precisa articular-se tanto com os órgãos que compõem o Sistema Penal, quanto com os órgãos que são responsáveis pelas garantias básicas do cidadão, como saúde, educação, esporte e cultura. Além disso, está em constante negociação e articulação com os setores administrativos, estratégicos e de gestão internos do TJAM para estabelecimentos e aprimoramentos de fluxos, solicitações e negociações diversas.

Por esse motivo, o Grupo possui uma intensa agenda de reuniões, para as mais diversas tratativas, nas modalidades tanto presencial quanto à distância. Além disso, quando parte da equipe do GMF faz visitas a alguma comarca do interior do Estado, aproveita a oportunidade para fazer as articulações necessárias relacionadas ao suporte técnico e incentivo para a melhoria da atenção a pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional.

Nesse sentido, durante o ano de 2023, foram realizadas **mais de 40 reuniões**, com magistrados, servidores, secretários, prefeitos, deputados, assessores, diretores, coordenadores, gestores e sociedade civil, além de reuniões internas do GMF/JAM e as reuniões ordinárias dos GTI's, que foram feitas mensalmente.

10. INTERCÂMBIOS E EVENTOS

Durante o ano de 2023 o GMF/TJAM investiu na capacitação e qualificação de seu corpo de colaboradores de diversas maneiras, visando aprimorar a atuação do grupo. Desse modo, a equipe participou de atividades de intercâmbio, visitas técnicas e eventos formativos, conforme descrição a seguir.

I. Seminário Internacional de Saúde Mental

A Equipe do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas - GMF/TJAM, composta pela magistrada Larissa Padilha Roriz Penna, pelo servidor João Victor Miranda Galeno, pela senhora Luanna Marley de Oliveira e Silva, Coordenadora do Programa Fazendo Justiça no Amazonas (CNJ/PNUD) foi designada para participar do Seminário Internacional de Saúde Mental: Possibilidades para a efetivação da Política Antimanicomial na interface com o Poder Judiciário, ocorrido nos dias 15 e 16 de junho de 2023, na cidade de Curitiba, na sede do Tribunal de Justiça do Paraná, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR).

II. Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica

Nos dias 21 e 22 de junho, a Desembargadora Supervisora do GMF, Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, acompanhada de dois servidores membros do GMF, realizou visita institucional na sede do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) e participou da Conferência Internacional sobre Monitoração Eletrônica.

III. Encontro dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo dos Tribunais de Justiça

Os magistrados Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo e Edson Rosas Neto, acompanhados do servidor Felipe Batista das Chagas, participaram no mês de julho do Encontro Nacional dos GMFs, que reuniu magistradas e magistrados dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização (GMFs) dos respectivos tribunais para debater ações em andamento no campo penal e no campo socioeducativo e perspectivas para o futuro.

IV. X ENEP e I Encontro Internacional de Execução Penal

Nos dias 03 e 04 de agosto, os magistrados Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo e Glen Hudson Paulain Machado, bem como o servidor João Victor Miranda Galeno participaram do X ENEP e I Encontro Internacional de Execução Penal, na sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com o tema "Os 35 anos da Constituição Federal e a Execução Penal no Brasil".

V. Fórum Nacional de Alternativas Penais

Nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023 o magistrado Saulo Góes Pinto participou da 4ª Edição do Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, em Brasília/DF.

O evento promoveu o debate sobre as possibilidades de implementação das alternativas penais e seus impactos no sistema penal brasileiro, sobretudo no caminho da superação do estado inconstitucional dos ambientes de privação de liberdade, conforme reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

VI. Intercâmbio com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

O Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Direitos dos Povos Indígenas e Justiça Criminal do Tribunal de Justiça do Amazonas realizou, no dia 18 de outubro, o evento “Diálogos de intercâmbio” com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). O objetivo da atividade foi conhecer a experiência, os estudos e as ações do “Observatório Sistema de Justiça Criminal e Povos Indígenas”.

Durante a atividade, foram discutidos os desafios de implementação da Resolução n. 287/2019 do CNJ, que estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do Poder Judiciário.



Imagem: Print da sala do Google Meet durante intercâmbio

Foto: Divulgação do TJAM

Link da reportagem: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9690-grupo-de-trabalho-do-tribunal-de-justica-do-amazonas-realiza-intercambio-com-a-articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil>

VII. Tribunal de Justiça do Acre

Entre os dias 07 e 11 de novembro de 2023, na cidade de Rio Branco-Acre, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM) realizou intercâmbio com o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) visando conhecer boas práticas voltadas para as políticas penais, audiências de custódia, monitoração eletrônica e demais ações desenvolvidas para a superação do estado de coisas inconstitucional.

A comitiva do Tribunal de Justiça do Amazonas foi composta pela juíza e coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo, Ana Paula Bussulo, pelo servidor Felipe Chagas e pela assistente técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) que atua junto ao TJAM, Luanna Marley. Como resultado do intercâmbio, foi apresentado relatório contendo as práticas que chamaram atenção e que servirão como norteadoras das estratégias de execução das ações voltadas para o sistema prisional.

VIII. Tribunal de Justiça de Mato Grosso

Entre os dias 26 e 30 de novembro de 2023, na cidade de Cuiabá, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Socioeducativo do Tribunal de Justiça do Amazonas (GMF/TJAM) e a Coordenação do Centro de Atendimento e Apoio à Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, realizaram intercâmbio com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso visando conhecer boas práticas voltadas para o sistema prisional, bem como a experiência dos serviços de atendimento às vítimas.

A comitiva do Tribunal de Justiça do Amazonas foi composta pela juíza e coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Socioeducativo, Ana Paula Bussulo, pela juíza coordenadora do Centro de Atendimento e Apoio à Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, Eline Paixão, pela juíza Larissa Padilha Roriz Penna, pelos servidores Felipe Chagas e João Victor Galeno e a assistente técnica do Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD) Luanna Marley.

Como resultado, foi apresentado relatório de intercâmbio, destacando as boas práticas dos serviços penais do Poder Executivo e da atuação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Socioeducativo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

11. AÇÕES EDUCATIVAS E CAPACITAÇÕES

No ano de 2023 o fortalecimento da atuação do GMF/TJAM passou por importantes articulações internas e externas ao TJAM. Por entender que uma atuação que vela pela observância das recomendações e resoluções do CNJ relacionadas ao sistema prisional, à execução penal e às medidas socioeducativas **demandas constantes capacitações e atualizações**, o Grupo firmou **parcerias** com as **Escolas do TJAM**, Judicial e da Magistratura, e também com **Universidades** e outras **Escolas de Governo**, para promoção e participação das ações educativas listadas a seguir.

Mês	Evento	Público	Parceria	C.H.
Março	Pessoas LBTQIA+ no Sistema Prisional	Gestores e agentes penitenciários	ESAP/SEAP	4h
Março	Curso de Audiência de Custódia	Atores do sistema de justiça	ESMAM	20h
Março	Racismo, Justiça Criminal e Sistema Prisional	Atores do sistema de justiça	ESMAM	20h
Abril	Seminário Reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais - Resolução n. 484/22 CNJ	Atores do sistema de justiça	ESMAM	3h
Maio	Tribuna Jurídica - Tráfico de Pessoas	Atores do sistema de justiça	ESMAM	4h
Maio	Tribuna Jurídica - Resolução 487/2023 do CNJ e a Política Antimanicomial	Atores do sistema de justiça	ESMAM	4h
Abril - Outubro	Atualização sobre Execução Penal e Políticas Penais no Amazonas	Atores do sistema de justiça	EJUD	36h
Maio - Julho	O Poder Judiciário e o Direito dos Povos Indígenas	Atores do sistema de justiça	ESMAM	50h
Junho	Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+	Atores do sistema de justiça	ESMAM	3h
Julho	Encontro: Diálogos em Justiça Criminal	Atores do sistema de justiça	ESMAM	4h
Julho	Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais	Integrantes do Centro de Atenção às vítimas	EJUD	10h
Julho	Metodologia de Mobilização de Pessoas Egressas	Equipes técnicas dos presídios	CNJ/PNUD	12h
Dezembro	Jornada de Direitos Humanos de pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade	Gestores e agentes penitenciários	UEA; ESAP/SEAP	12h

Tabela: Eventos formativos com os temas relevantes para o GMF/TJAM



Imagem: Pessoas LGBTQIA+ no Sistema Prisional

Foto: Acervo do GMF/TJAM



Imagem: Seminário de Lançamento da Atualização sobre Execução Penal e Políticas Penais (EJUD)

Foto: Marcus Phillippe/ Divulgação do TJAM



Imagem: Curso Metodologia de Mobilização de Pessoas Egressas

Fonte: Acervo do GMF/TJAM

12. ENTREVISTAS E PUBLICAÇÕES

Parte importante do trabalho consiste em promover a publicização das ações desenvolvidas pelo GMF/TJAM, de modo a fortalecer a sua atuação tanto internamente, quanto nas relações interinstitucionais e diante da sociedade de modo geral. Desse modo, os magistrados do Grupo estiveram em alguns espaços públicos para divulgar e esclarecer sobre o trabalho realizado nesse contexto.

12.1. Podcast

- Entrevista com a Juíza Coordenadora do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo para episódio do “TJAM Podcast”. Na entrevista, a magistrada falou sobre a atuação do Poder Judiciário na fiscalização do sistema carcerário e socioeducativo e sobre as demais iniciativas do GMF.

Link do episódio: https://www.youtube.com/watch?v=hn_C4s3hiXw&t=302s

- Entrevista com Juíza Andrea Jane Silva de Medeiros, Coordenadora do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Povos Indígenas e Justiça Criminal, na qual foram abordados os projetos do Poder Judiciário relacionados com os povos indígenas.

Link do episódio: <https://www.youtube.com/watch?v=WOh0ZK-His4&t=7s>

12.2. Consolidação do relatórios de inspeção

- Os relatórios de inspeção das unidades prisionais e socioeducativas estão sendo consolidados para publicação, de modo a dar publicidade às atividades e

fiscalização do Grupo, bem como do estado das unidades de privação de liberdade.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ano de atividades do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo do TJAM mostra o compromisso da atual gestão na busca de definir e aprimorar protocolos e instrumentos capazes de difundir e executar as ações estratégicas e metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça, no que tange à missão que tem o GMF de monitoração e fiscalização do sistema carcerário em âmbito local.

As ações até aqui realizadas revelam que avanços já foram conquistados, mas também que esforços ainda são necessários para, a partir do diálogo com atores dos Poderes Executivo, Legislativo, do Sistema de Justiça e da Sociedade Civil Organizada, avançar ainda mais na implementação das recomendações e resoluções do CNJ relacionadas ao sistema prisional, à execução penal e às medidas socioeducativas.

Nesse sentido, a atual gestão do GMF/TJAM, ciente de seu relevante papel no Estado do Amazonas, e imbuída do firme propósito de superar desafios e barreiras, reafirma, para o biênio 2023/2025, o seu compromisso com uma atuação voltada para a organização e fortalecimento das estruturas do Sistema de Justiça Criminal, de Execução Penal e de Medidas Socioeducativas, bem como para a implementação e difusão de políticas judiciárias nesse campo, sempre velando pela fiel observância dos direitos e garantias insculpidos na Constituição da República.